

## PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS GABINETE DO VEREADOR VINÍCIUS ALCÂNTARA

Projeto	de Lei Nº	de	15	de	outubro	de	2025
	ae lei iv	ue	IJ	ИE	0010010	иe	<b>ZUZ</b> J

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de demonstrativos de arrecadação e de destinação dos recursos decorrentes da aplicação de multas de trânsito, no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Ilhéus, e dá outras providências."

O VEREADOR **VINÍCIUS RODRIGUES DE ALCÂNTARA SILVA** DO MUNICÍPIO DE ILHÉUS, apresenta junto à esta Câmara Municipal projeto o seguinte projeto lei ordinária:

**Art. 1º** Fica o Município de Ilhéus obrigado a publicar, mensalmente, no sítio eletrônico oficial da Prefeitura, demonstrativos de arrecadação e de destinação dos recursos decorrentes da aplicação de multas de trânsito.

**Art. 2º** A publicação de que trata esta Lei consistirá em relatório contendo, no mínimo:

 I – o número total de multas de trânsito aplicadas no Município de Ilhéus por radares, lombadas eletrônicas e outros equipamentos de fiscalização;  II – o número total de multas aplicadas por agentes de trânsito, seja por anotação direta, seja por meio de aplicativos ou sistemas eletrônicos.

**Art. 3º** Além das informações previstas no artigo anterior, a publicação deverá apresentar demonstrativo quanto à destinação dos recursos arrecadados, especificando, principalmente:

 I – os valores aplicados no custeio dos órgãos responsáveis pela gestão do trânsito;

II – a aplicação em melhoria da sinalização;

III – os recursos aplicados em fiscalização e em engenharia de tráfego;

IV – as despesas com campanhas educativas de trânsito e congêneres;

V – outros investimentos realizados com os recursos provenientes das multas.

**Art. 4º** As publicações deverão permanecer disponíveis em ambiente digital, em repositório histórico acessível, de forma contínua e cumulativa, a partir da primeira divulgação realizada nos termos desta Lei, assegurando a transparência pública e a possibilidade de consulta aos dados pela sociedade.

**Art. 5º** O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, no que couber.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Ilhéus em 15 de outubro de 2025.

Vinian Alcantor

## VINÍCIUS RODRIGUES DE ALCÂNTARA SILVA

## Vereador

## **JUSTIFICATIVA**

Este Projeto de Lei tem como objetivo garantir mais transparência e controle social sobre os recursos arrecadados com multas de trânsito no Município de Ilhéus.

A Constituição Federal assegura, em seu artigo 5°, inciso XXXIII, o direito de todos à informação, e no artigo 37 determina que a administração pública deve agir com publicidade e transparência. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) reforça esse dever, ao exigir que dados de interesse coletivo sejam amplamente divulgados pelos órgãos públicos.

Ao permitir que a população acompanhe como as multas são aplicadas, o projeto fortalece a confiança entre o cidadão e o poder público, estimula a fiscalização social e contribui para o uso mais responsável dos recursos na melhoria da mobilidade e da segurança no trânsito.

A proposta também está amparada em decisões recentes da Justiça. Em 2024, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) julgou constitucional uma lei semelhante do município de Marília, que obriga a Prefeitura a publicar informações detalhadas sobre a arrecadação e o destino das multas de trânsito.

Essa decisão foi tomada no processo Direta de Inconstitucionalidade nº 2153647-44.2024.8.26.0000, pelo Órgão Especial do TJSP, que concluiu que esse tipo de norma não interfere na gestão do Executivo, pois apenas

garante o cumprimento do princípio da publicidade e o direito à informação da população.

Assim, o presente Projeto de Lei segue o mesmo entendimento jurídico já consolidado, buscando apenas tornar mais transparente o uso dos recursos públicos municipais, em benefício de toda a coletividade.

Câmara Municipal de Ilhéus em 15 de outubro de 2025.

VINÍCIUS RODRIGUES DE ALCÂNTARA SILVA

Vereador